

SABERES E INOVAÇÕES RIBEIRINHOS, DO CACAU DAS VÁRZEAS DO TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS

AUTORIA

Ana Letícia Nascimento Viana

E-mail: ale_nv@yahoo.com.br

Universidade Federal do Pará

Aquiles Vasconcelos Simões

E-mail: moinayunah@gmail.com

Universidade Federal do Pará

Rodolpho Zahluth Bastos

E-mail: rodolpho.bastos@gmail.com

Universidade Federal do Pará

RESUMO

Este estudo é parte da dissertação de mestrado, referente ao Programa de Pró-Graduação de Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, do Núcleo de Meio Ambiente na Amazônia, da Universidade Federal do Pará, o qual objetiva contribuir para o debate sobre saberes e inovações sociais de comunidades ribeirinhas, produtoras de cacau de várzea, no território do Baixo Tocantins. Essa proposta dialoga sobre o saberes tradicionais, o modo de vida e a organização social peculiar do ribeirinho no meio rural amazônico. Desse modo, sinaliza que os saberes ribeirinhos estão ligados aos conhecimentos e práticas transmitidos por gerações, e, também à dinâmica com a natureza, por interagirem entre si e com o meio ambiente, utilizando-se de seus conhecimentos para desenvolver as inovações sociais como meio de sobrevivência e valorizando as relações socioculturais. A metodologia teve o enfoque qualitativo, exploratório, explicativo e descritivo, constituída de pesquisas bibliográficas e de campo, com entrevista semiestruturada a cacauicultores e moradores de Mocajuba. Como resultado, apresenta que os saberes ribeirinhos são importantes por estabelecerem relações de identidade territorial e culturais, de organização participativa na agricultura familiar e de inovações com o uso sustentável do cacau de várzea, proporcionando emprego, renda e desenvolvimento local.

Palavras-chave: Saberes Ribeirinhos. Inovações Sociais. Cacau de várzeas. Baixo Tocantins.

Eixo Temático 3. Tecnologias e Inovações Sociais: soluções sociais a partir de múltiplas dimensões, práticas e conexões de saberes.

INTRODUÇÃO

A terra e o rio, parecem transmitir uma espécie de torpor amoroso, como se fosse uma lama gostosa na alma. (LIMA, 2008, p. 48).

Ao longo da história, muitas comunidades ribeirinhas da Amazônia, desde a década de 70 passaram por grandes transformações. Todavia, foi a partir da década de 1990 que o cenário das transformações se intensificou, passando a se expressar em um movimento amplo de resistências e reorganização de comunidades em escalas variadas. Atualmente, percebe-se que no contexto de transformações e influências tecnológicas, surgem as resistências, mas, também, as lutas pela sobrevivência, onde muitas comunidades passaram e ainda passam por situações de reconfiguração territorial, como forma de se redefinirem no contexto socioespacial (PEREIRA, 2014).

É válido lembrar que durante muito tempo o modelo de desenvolvimento na Amazônia ocorreu de forma periférica e voltado para fora, sem levar em consideração os habitantes locais, como um processo de exploração colonialista. Assim, é possível dizer que foram adotadas medidas por vários ciclos econômicos, com o intuito de produzir para exportar. Todavia, tal proposta não foi seguida de ações que pudessem gerar investimentos e melhorias na infraestrutura, na educação, bem como na saúde destinadas para muitas regiões produtoras. Assim, a proposta de gerar produção para a exportação foi incapaz de gerar cadeias produtivas organizadas, aproveitando o valor dos recursos produzidos ou explorados na Amazônia (FERREIRA, 2013).

No contexto do Território do Baixo Tocantins, considerado como um dos de colonização mais antiga no Estado do Pará, teve o cacau como importante aliado para contribuir na formação histórica e socioeconômica da região, relacionando a fatores tais como: a ocupação e permanência das terras; a formação da elite regional, a colonização agrícola através do sistema de *plantation*, iniciado no cultivo do cacau e posteriormente com a cana-de-açúcar, demarcando o empreendimento econômico colonial da região e o domínio da elite com relação a dimensão territorial (BASTOS et al, 2010).

Conforme diálogo com Maria Trindade (2019)¹, é possível compreender que a lavoura do cacau, no território do Baixo Tocantins, é de extrema importância, em função do comércio, dos serviços no contexto amazônico, do valor econômico e cultural, o qual tem contribuindo de forma significativa para atender as necessidades das comunidades ribeirinhas e a promoção do desenvolvimento local, gerando emprego e renda, bem como aliado as suas produções às inovações sociais, de forma participativa entre os sujeitos das comunidades, em especial as mulheres ribeirinhas, que utilizam o subproduto do cacau para a produção de geleias e muitos outros produtos, garantindo a comercialização, a melhoria da qualidade de vida, bem como a valorização sociocultural e de gênero.

Dessa forma, a proposta deste artigo tem como objetivo analisar sobre os saberes e inovações de comunidades ribeirinhas, tendo como produto de referência o cacau de várzea. Com esse intuito, é possível ressaltar que os saberes ribeirinhos remetem a dimensão do meio socioambiental em o que o sujeito principal aqui é o ribeirinho. Todavia, cabe nesse entendimento realçar o olhar voltado às relações existentes ao contexto socioeconômico e cultural, cujo caminho perpassa na direção dos saberes tradicionais, navegando pelos saberes ribeirinhos.

¹ Entrevista com Maria Trindade (bióloga, pesquisadora e moradora de Mocajuba). CEPLAC, Belém, 16 de agosto de 2019.

Os saberes analisados neste artigo trazem a realidade amazônica, com movimentos que margeiam a história dos ribeirinhos, conjugado a esses saberes a cultura do cacau de várzea, levando em consideração o modo de vida desses povos. Nessa construção, o rio e a terra são elementos intrínsecos, pois segundo Lima (2007), são o paradoxo da história de vida dos ribeirinhos. Assim, imersa a exuberância amazônica, naveguemos na trajetória dos saberes, percorrendo inicialmente pelos saberes tradicionais, a fim de chegar aos saberes ribeirinhos e, conseqüentemente os seus conhecimentos sobre o cacau de várzea e as inovações sociais.

Nesta perspectiva, navegar por essa trajetória envolve a dimensão das águas dos rios realizado no movimento social, econômico e cultural. Tal dimensão se entrelaça pela necessidade social, a qual perpassa pelo modo de existir por meio de costumes e crenças, como representações simbólicas, típico da cultura ribeirinha, mas que tem a valoração que dá referência à identidade de um povo, que vive em comunidade, com suas particularidades.

Tal propósito, possibilita a visualização do mundo ribeirinho em sua totalidade. Assim, falar de saberes ou conhecimentos tradicionais, segundo Levi Strauss (2004), é algo que antecede os conhecimentos científicos, mas, ao mesmo tempo permite que se interrelacionem, numa dialética entre o velho e o novo, entre o tradicional e o moderno, acompanhando as modificações e a modernização da sociedade.

Neste sentido, a análise que permeia este estudo vem ancorada nos conhecimentos tradicionais, com o olhar nas relações sociais e culturais, considerando as organizações coletivas, os saberes e práticas transmitidos por gerações, considerando nessa perspectiva que os atores sociais interagem entre si e com o meio ambiente, construindo uma identidade local. Diante de tal contexto, torna-se importante explicitar as

especificidades e a relação do homem com a natureza, os saberes das populações e comunidades consideradas tradicionais, a identidade com o território em que vivem, visto que este estudo desponta a expressão de vida de determinado grupo social, com o olhar voltado para os conhecimentos, histórias, hábitos e tradições, os quais são fortalecidos a partir de relações estabelecidas com os outros indivíduos da comunidade e com a terra, o rio, o mar, as plantas e os animais, com seu ambiente imediato e concreto.

Com essa perspectiva, é importante frisar que no cenário estabelecido à sociedade contemporânea com a expectativa de desenvolvimento, no contexto de modernização, surge a necessidade da preservação de conhecimentos e das práticas tradicionais, estabelecendo com isso as suas inovações sociais como meio de sobrevivência e, até mesmo, como forma de contribuir para o desenvolvimento local.

Desse modo, diante do contexto socioeconômico e ambiental, é válido perceber que a cultura tradicional, pode estar funcionando como uma estratégia de emancipação, especialmente para as comunidades ribeirinhas. Desse forma, é preciso que movimentos de caráter regional continuem se estabelecendo, com base em sua cultura tradicional, para que trabalhadores do campo sejam mais autônomos frente a sua própria história.

A metodologia adotada nesta pesquisa seguiu a linha do tipo qualitativa, porque esse delineamento “privilegia o vivido dos atores sociais” (DESLAURIERS e KÉRISIT, 2008: 131), mas, não se reduz a uma descrição minuciosa, uma vez que esse delineamento nos permite combinar várias técnicas de coleta e interpretação de dados, tendo em vista o fenômeno investigado, assim como permite a decodificação dos sujeitos, suas práticas e testemunhos, pois, este delineamento privilegia o vivido dos atores sociais. A abordagem é, também, do tipo exploratória, explicativa e descritiva, permitindo maior familiaridade com o problema e os objetivos, a fim de torná-los mais explícitos. Quanto a modalidade, é constituída de pesquisas bibliográficas e de campo, com entrevistas semiestruturadas a cacauicultores e moradores de Mocajuba, no Território do Baixo Tocantins, cujo enfoque está relacionado aos saberes e inovações ribeirinhos, tendo como elemento de referência o cacau de várzea.

Então, este artigo convida a navegar pelos saberes tradicionais ribeirinhos, sem a intenção de esgotar as análises a respeito do assunto, visto que tratar a respeito desta proposta envolve uma dimensão ampla e complexa. No entanto, este estudo tem sua relevância, por acreditar que as comunidades tradicionais possuem memórias impactantes que lhes permite transcender e interagir com outras comunidades no seu entorno sem afastar-se dos seus significados coletivamente partilhados. Contudo, justifica-se com isso, que a ideia de trabalhar os saberes tradicionais ribeirinhos realçam significados que se apresentam por meio da ambiência, da relação com a natureza. Portanto, mergulhemos nas “águas dos saberes”.

COMPREENDENDO OS SABERES TRADICIONAIS

Falar a respeito do termo “*saber*” é algo relativamente complexo, em virtude das relações sociais que se estabelecem, podendo estar relacionado com determinado ambiente, em uma dada sociedade ou podendo acender na transmissão de conhecimentos empíricos, os quais reproduzem-se como uma reconstrução mental de aprendizados, a partir dos estímulos das práticas cotidianas estabelecidas nas construções sociais. Para Charlot (2000), o *saber* é considerado o resultado da informação adicionado ao conhecimento, compreendendo-se desse modo, como algo produzido pelo próprio sujeito, mas que só se processa quando se tornar algo comunicável a outros sujeitos, sendo assim, o saber está relacionado com a concepção de vida, sociedade e relações humanas. Já para Santilli (2005) a ideia de saberes, vem arraigada na concepção de populações consideradas tradicionais, as quais são assim compreendidas a partir da interface entre biodiversidade e sociodiversidade, pela relação com a natureza e organização social, onde utilizam conhecimentos, inovações e práticas transmitidos pela tradição.

Na perspectiva de saberes relacionados à tradição ou aos conhecimentos tradicionais, Moraes (2016) afirma que integra dimensões ambientais e territoriais, como um conceito híbrido, onde estão relacionados grupos populacionais que carregam consigo práticas e conhecimentos adquiridos em seus territórios de origem, onde se reproduzem de forma econômica e sociocultural nas comunidades em que vivem. Assim, compõem-se como uma porta de acesso às mais variadas informações, seja no âmbito alimentar até as formas de produção dos elementos extraídos da natureza. Nesse sentido, é imperativo valorizá-los, pois representam um caminho para o desenvolvimento local.

Nesse sentido, Castelli e Wilkinson (2002) realçam que falar de conhecimentos ou saberes tradicionais envolve várias concepções, os quais estão arrolados num conjunto considerável de conhecimentos e práticas sobre o ecossistema e a biodiversidade, construídos ao longo de gerações, por populações tradicionais. Assim, é importante frisar que o contexto desse conhecimento ou saberes está relacionado ao ambiente local, em todos os seus aspectos, sejam culturais, sociais, econômicos e físicos.

De certo modo, segundo Moraes (2011), um conhecimento alinhado aos elementos que envolvem a natureza, como águas, animais, astros e ventos, contribui para que os saberes da tradição tenham a mesma eficiência que o conhecimento científico. Tal lógica leva a crer, conforme realçado por Lévi-Strauss (1987), que os povos considerados tradicionais, como os ribeirinhos, são movidos pela necessidade de se manterem ao menos em nível de subsistência, numa dialética entre natureza e sociedade.

Dessa forma, tendo em vista a lógica de Diegues (2000), é possível dizer que as comunidades tradicionais ribeirinhas, relacionam-se com o território o qual expressam o seu amplo conhecimento a respeito do mundo, uma vez que essas populações criam uma estreita relação com o seu ambiente local, permitindo estabelecer o conhecimento, a prática e o envolvimento, com a finalidade de transmitir os saberes.

Nesse sentido, o ribeirinho pode ser considerado como um ser imbuído dos saberes da tradição, o qual lhe permite viver e sobreviver em seu grupo social, onde este é portador de conhecimentos e saberes

específicos, os quais são construídos principalmente na ação, no cotidiano, com rotinas de atividades inerente de sua localidade.

Diante do que se apreende, é possível abreviar a concepção de saberes aliado a ideia de populações tradicionais, como as ribeirinhas, as quais possuem um ritmo peculiar de conduzirem suas atividades em interação com as águas e a natureza, movimentos esses que possui como limite necessário a compreensão dos “*saberes fazeres*”, como categoria de conhecimentos apreendidos de modo oral e por meio de experiências, sem uma técnica reconhecida, numa construção que não se prende ao conhecimento científico, os quais vão construindo seus conhecimentos na relação com o cotidiano.

“MERGULHANDO NAS ÁGUAS” DOS SABERES RIBEIRNHOS

A metáfora apresentada “*mergulhando nas águas*” remete à dinâmica do ritmo e movimento típico do ribeirinho na dependência com as águas, nas relações cotidianas. Assim, falar sobre os saberes ribeirinhos implica sobretudo falar de pessoas, de lugares, de formas de pensamento e de se relacionar com o mundo que o cerca, através uma construção coletiva, compreendido dentro de uma determinada situação cultural, alocada num certo espaço e numa determinada época. Tal percepção leva a apreender o que considera Charlot (2000, p. 59) “[...] nascer é ingressar num mundo no qual estar-se-á submetido à obrigação do aprender. Ninguém escapa dessa obrigação, pois o sujeito só pode ‘tornar-se’, apropriando-se do mundo.” Essa compreensão remete ao entendimento de que o ser humano necessita da interação social como caminho para adquirir um saber.

Desse modo, é possível afirmar que os habitantes de comunidades ribeirinhas estão implicados tanto nas relações de saber quanto nas relações de aprender, visto que os saberes os quais eles constroem, bem como a forma de aprender a sobrevivência e as regras sociais, estão intimamente relacionados a história da própria comunidade. Assim, Charlot nos faz refletir na condição de singularidade dos seres humanos:

[...] A relação com o saber é relação de um sujeito com o mundo, com ele mesmo e com ou outros [...] o mundo é dado ao homem somente através do que ele percebe, imagina, pensa desse mundo, através do que ele deseja, do que ele sente: o mundo se oferece a ele como um conjunto de significados, partilhados com outros homens. [...] a relação com o saber implica uma atividade do sujeito [...] o termo relação indica melhor que o sujeito se relaciona com algo que lhe é externo. (2000, p. 78).

Nesse sentido, vale destacar que o ribeirinho é um ser que aprende a fazer, fazendo, na relação com a natureza e guiado pela sabedoria construída na prática, ao longo do seu cotidiano. Além disso, é válido compreender, que o ribeirinho é um ser imbuído dos saberes da tradição, o que não implica necessariamente da instrução escolar e do saber científico, mas, sobretudo, de um saber popular, o qual lhe permite viver e, porque não dizer, sobreviver, no seu grupo social; grupo esse, que traz suas particularidades de conhecimentos e saberes, os quais são construídos na ação cotidiana.

É importante lembrar que o ribeirinho tem ritmo de vida bem peculiar, onde o rio (imagem 1) é a sua estrada, visto que em muitas comunidades, como a de Santo Antônio do Viseu, do município de Mocajuba (imagem 2), os habitantes necessitam exclusivamente de barco a motor, voadeira, “*rabeta*” (como normalmente é denominada pelos ribeirinhos, a qual significa uma espécie de canoa movida a motor) ou até mesmo de canoa. Isso significa que geralmente os ribeirinhos ficam isolados, longe do comércio, dos médicos, de tudo mais que é necessário, inclusive de informação.



Imagens 1 e 2: Comunidade ribeirinha, Santo Antônio do Viseu, em Mocajuba, PA.

Fonte 1: Trindade, MJS. **Florada do Mucajá.** Treinando o olhar e a memória. 2011.

No contexto que envolve a Amazônia paraense é relevante considerar que o ribeirinho possui costumes e uma rotina margeada pelas águas dos rios, furos, igarapés, florestas, várzeas, enfim, vive cercado por ilhas, onde muitas vezes convive com campos alagados, cuja realidade está relacionada a especificidade ambiental e social.

Diante desse olhar, vale destacar que o ribeirinho possui uma estreita comunicação com a natureza que envolve desde o contato com as águas, onde a pequena canoa serve como instrumento fundamental para o seu trajeto nos rios, até a relação direta com as matas. Esse jeito peculiar de se relacionar com a natureza e os modos próprios de habitar na Amazônia paraense integram um ecossistema estuarino considerado como áreas prioritárias para conservação da biodiversidade na região costeira - região norte, colocada na categoria de área de “extrema importância biológica”. (MMA, 2002, p. 14)

O ritmo próprio desses sujeitos sociais e essa imbricação existente entre águas, rios e mares, bem como terra e as matas, segundo Diegues (2000b), é representativo de práticas sociais e simbólicas, é expressão de um diálogo de sobrevivência, como de comunidades pescadoras, que remete o olhar não apenas da sobrevivência, mas, do mítico e do sobrenatural. Entende-se, então, que a água é considerada um elemento da natureza de extrema importância para o ribeirinho, pois, de acordo com Cunha (2000, p. 18-24), “é o lugar de passagem ou travessia, é o ponto de navegação, de deslocamento de um continente ao outro”, digo, de um rio a outro, “de contato corpóreo quando se toca nas águas, mergulha-se em sonhos, purifica-se o corpo e a alma”, ou simplesmente se vive o lazer.

Essa relação com as águas e as matas traz o significado fundado nos *saberes* e *fazeres* do ribeirinho, demonstrando o seu modo de vida, onde o tempo vem marcado pela natureza, dirigindo assim a vida ribeirinha. Além disso, essa relação com a natureza expressa o trabalho que as comunidades ribeirinhas tem por base, com o fim de comercialização do que produzem, mas, principalmente para a sobrevivência, levando em consideração os seus saberes no modo como desempenham suas atividades.

Na verdade, as populações ribeirinhas da Amazônia, segundo Lima (2015), possuem um ritmo e modo de vida muito particular, estabelecido através do seu cotidiano, que estão ligados às suas relações sociais, ao modo de trabalho, às atividades cotidianas e às suas referências estabelecidas enquanto territorialidades, bem como as suas estratégias de sobrevivência, como forma de garantir a sua existência. Nessa dinâmica peculiar do ribeirinho, Lima sustenta ainda que:

No desenvolvimento de sua sobrevivência, o homem amazônico aperfeiçoou técnicas e instrumentos para melhor aproveitar os recursos naturais. Aliado a isso, também produziu saberes empíricos, observando a dinâmica natural, para superar as adversidades da vida cotidiana, como o desenvolvimento de remédios produzidos a partir de ervas colhidas na floresta. Aprendeu a observar o tempo de maturação dos recursos, a dinâmica dos rios, seus ciclos de enchentes e vazantes, construindo pequenas embarcações para se deslocarem, melhor aproveitar os recursos pesqueiros e também transportar os recursos florestais de lugares mais distantes aos de moradia (LIMA, 2015, p. 41).

Sendo assim, segundo Diegues (1998), é possível dizer que o ribeirinho é um sujeito que constrói o seu espaço no cotidiano, estabelecendo a sua organização social, seja no contato com as águas e com as matas, e também com outros sujeitos, o qual estabelece a sua relação territorial, com identidades e valores, denominando-se de identidade local, baseado ao seu modo particular de vida. Nesse convívio, oportuniza-se com experiências e inovações sociais, como meio de sobrevivência e colaborando para o desenvolvimento do meio onde vive. Apoiado nessa afirmação e considerando a intensa relação dos ribeirinhos com a natureza e a sua prática de trabalho, é imprescindível reconhecer que através de seus saberes os ribeirinhos acabam contribuindo para o desenvolvimento de seus territórios, através das suas relações e inovações sociais.

A IMPORTÂNCIA DO CACAU NO TERRITÓRIO DO BAIXO TOCANTINS

O Vale do Tocantins (como era denominado) era um dos mais antigos e bem estabelecidos espaços da colonização portuguesa na Amazônia. A partir da segunda metade do século XVIII, sob a égide das políticas pombalinas, o Baixo Tocantins passou por profundas transformações de ordem demográfica e econômica. A instituição do Diretório dos Índios e, principalmente, da altamente capitalizada Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (CGPM), promoveu o estabelecimento de sistemas agrários assentados na mão de obra escrava e voltados ao mercado externo, que passaram a coexistir com o tradicional extrativismo do cacau e das “drogas do sertão” que caracterizava a economia amazônica até então (ÂNGELO-MENEZES, 2000).

A partir de meados do século XVIII, a constituição do Vale do Tocantins foi fator de grande importância para a constituição das territorialidades das comunidades ribeirinhas da atual Amazônia, já que a ascensão e crise da exportação do cacau, assim como outros fatores, abriu espaço das várzeas e ilhas para a ocupação de populações mestiças pobres, tapuios, negros libertos e escravos fugidos, assim como soldados portugueses que desertavam (CHAMBOLEYRON, 2010), aumentando nestes uma produção diversificada, além de um regime de sociabilidade e, conseqüentemente, territorialidades ribeirinhas diferenciadas na Amazônia Tocantina Paraense. Com essa perspectiva é oportuno destacar, segundo Bastos et al (2010: 7), que

No estudo da ocupação do vale Tocantins e a formação do núcleo de Cameté se destacam especificidades dadas a partir do objetivo da colonização agrícola, da dimensão do empreendimento econômico colonial, da dimensão demográfica e do domínio de uma elite regional. No vale Tocantins organiza-se o sistema de plantation baseado primeiro no cultivo do cacau e posteriormente de cana-de-açúcar. Poucas regiões da Amazônia colonial se enquadram nesta noção de plantation. Outro destaque encontra-se na densidade demográfica, notadamente pela concentração de escravos de origem africana. Ainda, diversos eventos políticos singularizam sua história no período colonial, nas lutas políticas da Independência e durante a Cabanagem.

Nesse sentido, Ângelo-Menezes (1994) ressalta que, ao longo da história, o Vale do Tocantins, através do seu rio, assume para os muitos sujeitos sociais diversos significados, de acordo com os contextos, os agentes,

os interesses, os projetos, os imaginários e as necessidades em jogo. No entanto, pode-se dizer que o rio Tocantins é amplamente reconhecido pela sua importância histórica, geopolítica, econômica, cultural e social, para a constituição da Amazônia Brasileira e, em particular, para a formação dos territórios de diferentes grupos sociais ribeirinhos da região.

Sendo assim, é importante realçar que nessas áreas de várzea, por serem constituídas de cacauzeiros nativos e de idade desconhecida, a exploração do cacauzeiro no ecossistema nessa área de várzea está inserida de forma muito intensa na cultura e na economia do homem da região, como fonte de renda tradicional, embora outras atividades contribuam para a formação da renda familiar. (SILVA NETO, 2001)

É válido destacar, conforme observado por Maria Trindade (2019)², que durante décadas o cacau, no Baixo Tocantins, em especial nas comunidades de Mocajuba, vem sendo cultivado tradicionalmente, sem a adição de agrotóxicos e técnicas que agridem o ambiente, e é hoje uma das melhores alternativas agrícolas sustentáveis da região, por assegurar ao agricultor familiar melhoria na qualidade de vida. Além disso, o cultivo do cacau nas ilhas de várzea, onde o solo tem fertilidade natural, dispensa o uso de adubos químicos, gerando um cacau 100% orgânico. Tal cultivo, torna-se fértil, em virtude das áreas apresentarem alagações que variam de dois a três meses, de dezembro a fevereiro, prevalecendo o cacau silvestre, os quais estes estão associados a várias espécies vegetais de valor econômico, incluindo frutíferas como o açaí.

O cacau de várzea, conforme se observa em várias literaturas, como também Chambouleyron (2006), por um longo período foi cobiçado pelos colonizadores como um produto de grande valor não apenas para o comércio local, mas, também e principalmente, para o mercado europeu. Todavia, o processo histórico demonstra que a conquista e a posse territorial, bem como o suposto desenvolvimento local, ocorreu com muita dominação e imposição, sem levar em consideração os atores sociais que aqui já habitavam. Mas, observa-se também que nessa trajetória surgiram manifestações de insatisfações, assim como mudanças seja no âmbito territorial e ambiental; e, ao passo que a ação governamental apresentava políticas com a perspectiva de desenvolvimento local, acabava afetando de alguma forma a população menos favorecida. Neste contexto é oportuno acrescentar que muito embora o cacauzeiro seja um produto nativo e de grande valor para as comunidades ribeirinhas, por muito tempo foi cobiçado por colonizadores portugueses e explorado sem a preocupação da preservação e plantio de novas mudas do produto. Assim, mediante tal situação, segundo Chambouleyron (2006), habitantes locais da região manifestaram as suas inquietações e a Coroa portuguesa procurou assimilar os anseios dos amazônidas, como forma estratégica, a fim de estabelecer um importante instrumento político para a região, onde tal iniciativa foi formalizada por meio de um documento oficial. Nesse sentido, o capitão-mor do Pará, Marçal Nunes da Costa, através de um regimento, especificava que ele deveria empenhar-se na continuação da cultura do cacau, bem como outras drogas que nesse sertão houvesse, com o intuito de que se aproveitasse do seu fruto, sem prejuízo das árvores e sua extinção, conforme se observa na fala de um habitante da região, da época:

“Antônio de Paiva de Azevedo, cidadão de Belém que vivia no rio Acará, afirmava “ter plantado o melhor de 15 mil pés de cacau, a maior parte frutífero”, para o que solicitava a confirmação de terras que cultivava (...).” Já Manuel Rodrigues Chaves, também cidadão de Belém, “vivía de suas lavouras de mantimentos e cacau”, numas terras de Tapari, que lavrava havia 20 anos (...).” Chambouleyron (2006, p.161)

² Entrevista com Maria Trindade (bióloga, pesquisadora e moradora de Mocajuba). CEPLAC, Belém, 16 de agosto de 2019.

Atualmente, observa-se que muitos nativos ainda apresentam a preocupação de preservação do cacauero; todavia, deparam-se com a necessidade de técnicas e inovações para melhorar a qualidade da produção e a preservação de cacaueros mais antigos ou por não dizer centenários, conforme afirma o Sr. Amadeu Braga (2019), cacauicultor, em Mocajuba:

Na ilha, o cacau de várzea, só sofre com a água, já tivemos muitos problemas de água grande, enchente. Hoje, falta mais acompanhamento e orientação para melhorar a produção. Falta mais incentivo do governo federal, assistência técnica e financeira, pois o nosso cacauero é muito antigo, precisamos fazer um trabalho de recuperação do cacauero.³

Vale realçar, que a região amazônica, ao longo do tempo sofreu e ainda tem sofrido muitas mudanças, principalmente na relação entre o homem e o meio biofísico. Nesse contexto, Costa e Richetti (2010) consideram que

(...) as mudanças recentes ocorridas em relação a sociedade e a natureza, são provenientes da forma como o homem começa a reavaliar sua visão sobre o meio ambiente. Afirmando ainda que; [...] as relações sociais também se modificam, pois não têm como pensar o social e o natural como processos isolados, uma vez que é a sociedade que produz modelos de relação sociedade-natureza e, pelo mesmo lado, também produz modelos de relação sociedade-sociedade (COSTA e RICHETTI, 2010, p. 20).

Diante do histórico de exploração do cacau é válido considerar, de acordo com Simões et al (2001), que no processo de desenvolvimento local é importante que haja a ação participativa, os pedidos, os anseios, os quais constituem como demanda aparente, ou seja, uma manifestação dos desejos e vontades dos indivíduos que ficam sempre permeados por injunções de natureza diversas (política, ideológica, econômica, científica, etc.). Mas, faz-se necessário recorrer a uma mediação dessas injunções a fim de se chegar a uma situação de demanda negociada e definir assim, num campo de possibilidades, a ação-intervenção que será colocada em prática.

Com esse olhar, é possível dizer que atualmente, a região do Baixo Tocantins que envolve os municípios de Abaetetuba, Baião, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeira do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará, apresenta uma configuração territorial muito específica na Amazônia brasileira; pois, conforme Malheiro e Trindade Jr. (2009), caracterizaram “as singularidades e particularidades das realidades socioespaciais” dos municípios que compõem essa configuração territorial, marcadas por uma situação “entre rios, estradas e grandes projetos”. Todavia, evidentemente que o complexo e a dinâmica territorial da região, considerada “Amazônia Tocantina Paraense”, envolve muito mais do que esses elementos geográficos, envolve também os saberes, habilidades e inovações dos povos ribeirinhos diante do meio natural onde vivem.

DOS SABERES DOS CACAUICULTORES DE VÁRZEA ÀS INOVAÇÕES SOCIAIS

Os saberes ribeirinhos integram a relação homem e natureza, de comunidades tradicionais, as quais carregam consigo práticas e conhecimentos muitas vezes adquiridos ao longo de gerações, reproduzindo-se nas comunidades em que vivem. Apreende-se, então, que os saberes do cacau, adquiridos por gerações, aliados as inovações sociais, proporcionam a expectativa de endogenia, uma vez que há a possibilidade de

³ Entrevista com Sr. Amadeu Braga (cacauicultor em Mocajuba), CEPLAC, Belém, 16 de agosto de 2019.

fazer com que o capital gire internamente, num processo de inovação, como um comércio solidário, contribuindo para o desenvolvimento local.

A produção cacaueteira, no Estado do Pará, em especial nas áreas ribeirinhas dos municípios que abrangem o Território do Baixo Tocantins, dentre esses: Cametá, Mocajuba, Baião, Limoeiro do Ajuru e Igarapé-Mirim, perfazem em torno de 1.600 toneladas de amêndoas secas ao ano, em áreas que totalizam 10 mil hectares de plantas nativas, trabalhadas por cerca de 6 mil produtores familiares. Os cacauais nativos têm áreas com tamanho inferior a 10 hectares, ainda assim a renda obtida com a suas explorações contribui com cerca de 70% da receita das pequenas propriedades familiares. (CEPLAC, 2018).

Nesse contexto, embora haja uma produção expressiva na região do Baixo Tocantins, muitos produtores de cacau, ainda comercializam apenas a semente, seja a nível local ou para fora do Estado do Pará, conforme afirma o senhor Amadeu Braga (2019)⁴, cacauicultor, em razão de não terem meios para comercializar a matéria processada, como chocolate em barra, entre outros produtos oriundos do cacau, visto que o cultivo ocorre de forma artesanal. Todavia, o subproduto do cacau vem sendo utilizado de forma significativa, em muitas comunidades de Mocajuba, como prática de sustentabilidade ambiental.

Nesse cenário, diversas oportunidades de inovações vem sendo implantadas e exploradas a partir do subproduto do cacau, através de um grupo de mulheres nativas das ilhas de Mocajuba, as quais vem desempenhando um trabalho voltado para a produção e comercialização de geleias, capilé, sabão e doces, conforme ressaltado por Maria Trindade, bióloga, pesquisadora no assunto (em decorrência da relação familiar que também cultivava cacau de várzea) e moradora da ilha de Jambu-açu, do município de Mocajuba, a qual acrescenta:

Eu acredito muito que o cacau é um grande gerador de desenvolvimento, por conta da amêndoa que tem uma demanda muito grande e essa demanda com características exclusivas. Além disso, sempre me chamou atenção o fato de conservar o modo produtivo das comunidades, visto que muitas ainda despertam a relação de pertencimento com o espaço territorial. Então, o cacau de várzea, embora tenha seu potencial econômico, as comunidades ribeirinhas, remanescentes de quilombolas, que moram nessas ilhas, socialmente conservam não só a floresta, mas, também as populações e as tradições. Uma questão muito interessante, que eu tenho observado é a questão de gênero. Eu tenho ido até as mulheres de comunidades com a finalidade de incrementar os subprodutos do cacau, como uma forma delas terem uma renda, pois elas colaboram na produção das amêndoas, mas, não tem retorno suficiente.⁵

Observa-se com isso, que as possibilidades do *ser* e *fazer* do indivíduo, sob a ótica das comunidades ribeirinhas, ampliam as oportunidades de negócio e a perspectiva de desenvolvimento local, como forma de remover os obstáculos, dando oportunidade a qualidade de vida.

Apreende-se que a utilização do subproduto do cacau de várzea tem sido um processo de inovação social, o qual vem contribuindo também para melhorar a qualidade de vida das mulheres da região, proporcionando geração de trabalho, emprego e renda em bases sustentáveis dos agricultores familiares das várzeas, assim como, contribui para a melhoria da qualidade de vida das populações estabelecidas no Território do Baixo Tocantins, conforme se observa nas imagens abaixo da fonte 2.

⁴ Entrevista com Sr. Amadeu Braga (cacauicultor em Mocajuba), CEPLAC, Belém, 16 de agosto de 2019.

⁵ Entrevista com Maria Trindade (bióloga, pesquisadora e moradora de Mocajuba). CEPLAC, Belém, 16 de agosto de 2019.



Imagem 3: Produção de geleia artesanal



Imagem 4: D. Dione produzindo doce de cacau

Fonte 2: Trindade, MJS. **Florada do Mucajá.** Treinando o olhar e a memória. 2011.

Diante de tal fato, a bióloga e pesquisadora Trindade (2011), através de relato sobre a experiência de uma ribeirinha (D. Dione), ressalta que a relação familiar para a produção do cacau é muito importante, considerando de fundamental importância o papel da mulher para conduzir a família no espaço rural. Fato esse em que os ribeirinhos criam laços e conhecem a história do cacau nessas áreas, passada a eles pelos pais e avós.

Desse modo, é possível dizer, segundo Cloutier (2003), que as inovações surgem de forma eficiente por ter um cunho social, contribuindo para gerar interferência no equilíbrio social, como fontes de mudança social, propiciando o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, é possível compreender sobre inovação social, como uma solução mais adequada para um problema pertinente da sociedade; visto que, conforme BIGNETTI (2011, p.4), a inovação social surge como uma das formas de se buscar alternativas viáveis para o futuro da sociedade humana.

Para Cloutier (2003), falar sobre inovação social remete a perspectiva de cooperação entre uma diversidade de atores, podendo ser considerada como um processo coletivo de aprendizado e criação ou, por que não dizer, de recriação de conhecimentos. Já para Schumpeter (1982), a concepção de inovação tem como base a ideia do processo de desenvolvimento econômico, a qual seja capaz de levar os sistemas produtivos para um modo de funcionamento mais rentável, onde haja quebra de rotinas e modos de se fazer e pensar preexistentes, os quais possam contribuir para a organização social.

Nessa linha de pensamento, Santos (2009) ressalta que as teorias econômicas partem de pressupostos baseados no auto interesse dos atores econômicos, enquanto que a inovação social se volta para os interesses dos grupos sociais e da comunidade, contribuindo para a busca de alternativas viáveis para o futuro da sociedade humana. Portanto, a inovação social, pode ser definida como [...] o resultado do conhecimento aplicado às necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou para a sociedade em geral (BIGNETTI, 2011, p. 4).

Nesse sentido, vale acrescentar, conforme André e Abreu (2006), que a inovação social está relacionada a três atributos: a satisfação das necessidades humanas não satisfeitas pelo mercado; a promoção da inclusão social; e, a capacitação de agentes ou atores sujeitos, cujo intuito visa a mobilização de pessoas com a perspectiva de mudança social e transformação das relações de poder. Para tanto, três caminhos levam a inovação social, conforme se apreende por Bignetti (2011, p.9): o empreendedorismo, as organizações e os movimentos sociais.

Dessa forma, é possível dizer que as inovações sociais podem contribuir para as oportunidades de produção e comercialização do cacau regional de forma diferenciada, como uma alternativa agrícola interessante e que favoreça para o desenvolvimento rural sustentável com o cultivo racional do cacauero possibilitando ainda, a geração de empregos e renda, bem como o bem estar social.

Sendo assim, tal contribuição leva a crer que o desenvolvimento local pode ser entendido como a satisfação das necessidades humanas fundamentais através do protagonismo real de cada pessoa de uma comunidade. Nesse sentido, considera-se que a lógica do desenvolvimento local (endógeno) foge as regras do desenvolvimento puramente econômico, sendo reconhecido como um desenvolvimento que nasce de baixo para cima, tendo o enfoque social, cujos moradores das comunidades são os próprios protagonistas desse desenvolvimento local.

Portanto, o “desenvolvimento” se constitui, segundo Vasconcelos Sobrinho et al (2016), como um processo de bem-viver, enquanto construção que busca privilegiar o equilíbrio entre bem-estar e sustentabilidade. Já o “local” constitui-se como uma abstração multidimensional e multiescalar, que envolve a relação dos diversos atores sociais. Assim, a perspectiva de desenvolvimento local, vem inserida, também, a partir de inovações que se estabelecem, onde o paradigma comunitário tem como base a vida em harmonia e o equilíbrio com o meio em que vive, caracterizando assim o bem-viver, cuja escala local vem inserida com a identidade cultural.

Então, compreende-se que os alicerces de iniciativas individuais ou coletivas de produtores rurais de base econômica familiar podem ser considerados como uma estratégia para o desenvolvimento endógeno, além de contribuir para o aporte econômico, com o incremento de emprego e renda, num processo de construção do âmbito social, no ambiente de comunidades, favorecendo para a interação social através do fluxo de redes sociais de convívio, e principalmente para a transformação da cultura ambiental, visto que a consciência ambiental, no processo de desenvolvimento, tem relação direta com a cultura local. Aliando a esse contexto vêm ancoras as inovações sociais, como um suporte para o desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao que foi abordado, pode-se dizer que os saberes tradicionais estão relacionados às diversas formas de conhecimentos, onde o horizonte que os define possui peculiaridades inerentemente relacionadas aos recursos naturais. Assim, entende-se que dentre as formas de conhecimento convivem os saberes tradicionais, os quais incidem por meio de informações desenvolvidas através da memória coletiva, de um determinado grupo social, e transmitidas oralmente de geração a geração.

Nesse sentido, vale acrescentar que o saber está conexo ao conhecimento tradicional, como uma manifestação cultural, a qual desponta a expressão de vida e as formas culturais hegemônicas de determinada comunidade. Tal conhecimento ou saber é uma manifestação que transcende o conhecimento científico, por possuir peculiaridades envolvidas na relação do homem com o meio em que vive, as quais não podem ser vistas, segundo Cunha (2009), como entraves para o processo de desenvolvimento, visto que existe uma associação entre as comunidade e os saberes que é a conservação ambiental, frente à modernização.

Dessa forma, os múltiplos e variados aspectos que envolvem o presente tema conferem-lhe considerável importância, visto que abrange a complexidade dos saberes e aspectos peculiares do ribeirinho, enquanto sujeito social e dotado de conhecimentos empíricos. Assim, pode-se dizer que os saberes tradicionais ribeirinhos são elementos que tendem a contribuir para o desenvolvimento local, visto que são frutos das relações que se estabelecem no tempo e no espaço, entre o local e o global, entre o econômico e o social,

compatibilizado com a ideia de preservação e qualidade de produção, sem agredir o meio e, portanto, contribuindo para o equilíbrio ecológico.

Sendo assim, a perspectiva sobre saberes e inovações de povos ribeirinhos direciona caminhos para o desenvolvimento local, o qual se insere nesse contexto, conjugando a ideia de que os saberes tradicionais contribuem para esse processo, seja através das relações sociais, nas organizações de produção, na gestão territorial atribuída de forma participativa e democrática, e, também, através das inovações sociais, aliado aos conhecimentos adquiridos, levando em consideração que os saberes tradicionais e as inovações sociais contribuem também para a sustentabilidade ambiental.

Contudo, é importante enfatizar que esta análise teve como preocupação abordar sucintamente a questão do desenvolvimento local, sem o intuito de fugir da temática, pelo fato de chamar atenção para a importância de produzir através dos recursos naturais, mas, sem agredir o meio ambiente, considerando com isso a relação homem e natureza de forma sustentável, visto que a Amazônia durante um longo período foi visualizada como terra de promessas e riquezas e, ainda vem sendo muito explorada, sem levar em consideração a preocupação com as bases locais e o desenvolvimento de forma sustentável, bem como os sujeitos que dependem dos recursos da natureza.

Então, a ideia que se apresentou nessa análise envolvendo os saberes tradicionais ribeirinhos e as inovações sociais, remete a pensar não apenas as técnicas de manejo do cacau no ecossistema de várzea, mas, sobretudo ao uso sustentável dos recursos naturais, garantindo uma dinâmica que atendam às necessidades locais, valorizando as relações familiares, as relações de gênero, a identidade cultural e territorial. Nesse contexto, as inovações sociais tornam-se importantes por garantir estratégias de produção através de uma organização coletiva participativa e que colabora para o desenvolvimento de comunidades, contribuindo também para melhorar a renda e o bem-estar social, sem agredir o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Isabel; ABREU, Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. **Revista portuguesa de geografia**, Finisterra, v. 41, n. 81, p. 121-141, 2006.

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. **Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins Colonial**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.17, n.1, p.91-122, jan./abr. 2000.

_____. **História Social dos Sistemas Agrários do Vale do Tocantins - Pará - Brasil (1669 - 1800) - Rupturas e Estabilidades**. 1994. 113 f. Tese (Doutorado) - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Formação Doutoral Em História e Civilização - Diploma de Estudos Aprofundados, Paris, setembro de 1994.

BASTOS, Ana Paula Vidal; ALMEIDA, Oriana; DE CASTRO, Edna Ramos; MARIN, Rosa Acevedo; PIMENTEL, Márcia da Silva; RIVERO, Sérgio; DA SILVA, Ione Câmara; TORRES, Isaac. **ECONOMIA E SOCIEDADE NA REGIÃO DO TOCANTINS, PARÁ**. PAPER/ NAEA Nº 259, 2010. Acesso: www.naea.ufpa.br/naea/novosite/index.php?action=Publicacao.arquivo&id=535, ago.2018.

BIGNETTI, Luiz Paulo. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3-14, 2011.

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002**. Ministério do Meio Ambiente, 2ª ed. Brasília, 2002.

CASTELLI, Pierina German; WILKINSON, John. **Conhecimento tradicional, inovação e direitos de proteção.** Estudos Sociedade e Agricultura, 2002.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “As várias utilidades do Maranhão”. Reflexões sobre o desenvolvimento da Amazônia no século XVII. p.155-174. In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto (Org.). **FACES da História da Amazônia.** Belém: Paka-Tatu, 2006. 676p.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Tradução Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CLOUTIER, Julie; CRISES. **Qu'est-ce que l'innovation sociale?.** Crises, 2003.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA DO CACAUEIRA – CEPLAC. Cacau. Disponível em: http://www.ceplac.gov.br/radar/radar_cacau.htm. Acesso em: out. 2018.

COSTA, J. RICETTI, P. Parceria entre empresa e comunidades tradicionais na Amazônia brasileira: processos contemporâneos de mercantilização da cultura e do meio ambiente. **Novos Cadernos NAEA**, v. 13, n. 2, p. 261-275, dez. 2010, ISSN 1516-6481.

CUNHA, L. H. de O. Significados múltiplos das águas. IN: DIEGUES, A. C. (Org.) **A imagem das águas.** São Paulo: HUCITEC, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas.** São Paulo: Cosac Naify. 2009.

DIEGUES, A. C. S. et al. **Saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** São Paulo: USP, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário.** São Paulo: Hucitec, 1998.

_____. **A imagem das águas.** São Paulo: HUCITEC, 2000b.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. **O delineamento da pesquisa qualitativa.** In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008.

FERREIRA, Vanessa Cardoso. DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO LOCAL: Um estudo a partir de comunidades tradicionais no Pará. **Relatório Técnico.** Projeto URBISAmazônia, 2013.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem.** Tradução Tânia Pellegrini. Campinas, SP: Papirus: 2004. 320p.

_____. **Mito e significado.** Tradução de Antônio Marques Bessa. Lisboa: Edições 70, 1987. 187p..

LIMA, Elane Andrade Correia. **Diálogos com a natureza, saberes e estratégias dos povos da floresta.** 2007.147 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

LIMA, Maria Aldecy Rodrigues de. Retratos, Imagens, Letras e Números Colados nas Paredes: representações sociais de escola para ribeirinhas dos rios Môa e Azul – Acre. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, p.48. 2008. In: LIMA, Elane Andrade Correia. **Diálogos com a natureza, saberes e estratégias dos povos da floresta.** 2007.147 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

LIMA, Rosemildo Santos. **Na safra e na entressafra do açaí: usos do território e modo de vida da população ribeirinha do baixo Rio Meruú (Igarapé – Miri/PA)**. Orientador: Christian Nunes da Silva. 2015. 138 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira; TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Entre Rios, Rodovias e Grandes Projetos: Mudanças e Permanências em Realidades Urbanas do Baixo Tocantins (Pará). In: **História Revista**, v. 14, n.2, Goiânia-Goiás, 2009. p. 1-30. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/9517>>. Acesso: mar.2018.

MORAES, Sérgio Cardoso de. **Conhecimentos Tradicionais: discussões e desafios**. Belém: NUMA/ UFPA, 2016. 136p.

_____. Conhecimentos tradicionais na pesca artesanal. **Ateliê Geográfico. Revista Eletrônica**, v. 5, n. 2, p. 88-105. Goiânia-GO, 2011.

PEREIRA, Edir Augusto Dias. **As Encruzilhadas das Territorialidades Ribeirinhas: Transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense**. Tese, UFF, Niterói: RJ, 2014.

SANTILLI, Juliana. **Livro socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. Editora Petrópolis, Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005. 155p.

SANTOS, F. M. **A Positive Theory of Social Entrepreneurship**. Fontainebleau, França, INSEAD, Social Innovation Centre (INSEAD Working Paper Series, 2009/23/EFE/ISIC). Disponível em: www.insead.edu/facultyresearch/centres/isic/. Acesso em agosto de 2019.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas), 1982.

SILVA NETO, P. J. et al. **Sistema de produção de cacau para a Amazônia brasileira**. Belém, CEPLAC, 2001. 125p.

SIMÕES, Aquiles et al. (Org.). **Agricultura Familiar: métodos e experiências de pesquisa desenvolvimento**. Belém, PA: UFPA: GRET, 2001.

VASCONCELOS SOBRINHO, Mário; VASCONCELOS, Ana Maria de A (Org). **Ações Públicas, redes de cooperação e desenvolvimento local: experiências e aprendizados de gestão social na Amazônia**. Belém: Unama, 2016. 270p.



FONTES DE PESQUISA

FONTES ORAIS

Entrevista com o Sr. Amadeu Braga (cacaucultor em Mocajuba). CEPLAC, Belém, 16 de agosto de 2019.

Entrevista com Maria Trindade (bióloga, pesquisadora e moradora de Mocajuba). CEPLAC, Belém, 16 de agosto de 2019.

FONTES IMAGINÉTICAS - FOTOGRAFIAS

TRINDADE, MJS. **Florada do Mucajá**. Treinando o olhar e a memória. 2011. Disponível em: <http://floradadosmucajas.blogspot.com/2011/>. Acesso em: agosto de 2019, imagens 1 - 4.